
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

***Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para perdas esperadas de crédito (Notas 3(i), 4(f), 13 e 30)

A partir de 10 de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma contábil IFRS 9 - Financial Instruments, que substituiu a IAS 39 - Financial Instruments, e estabelece novos requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um novo modelo de provisão de perda para risco de crédito (impairment) que tem como base a perda esperada. A IAS 39 tinha como base a perda incorrida.

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Adicionalmente, a Administração efetuou o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelo das premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) processamento e contabilização das provisões; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio dos nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas de crédito, com base no IFRS 9, são razoáveis em

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas 4(o) e 23)

O Bancoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Bancoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

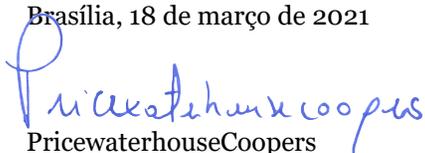
auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 18 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

The image shows a modern building with a glass facade and a prominent 'SICOOB' logo on the upper right. The building is surrounded by tropical landscaping, including palm trees and other greenery. The overall scene is dimly lit, suggesting dusk or dawn.

SICOOB

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Banco Cooperativo do Brasil S.A - Bancoob

| 31 de Dezembro de 2020 e 2019

 **BANCOOB**



Índice

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração | 5 |
| Balanco patrimonial consolidado em IFRS | 10 |
| Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS | 12 |
| Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS | 13 |
| Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS | 14 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS | 15 |
| Nota 1 - Contexto operacional | 15 |
| Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS | 15 |
| Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos | 16 |
| Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis | 17 |
| Nota 5 - Receitas líquidas com juros | 29 |
| Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões | 29 |
| Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais | 30 |
| Nota 8 - Despesas com pessoal | 30 |
| Nota 9 - Outras despesas administrativas | 30 |
| Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa | 30 |
| Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central | 31 |
| Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado | 31 |
| Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros | 35 |
| Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) | 37 |
| Nota 15 - Outros ativos | 37 |
| Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido | 37 |
| Nota 17 - Investimentos | 39 |
| Nota 18 - Imobilizado | 39 |
| Nota 19 - Intangível | 39 |
| Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado | 40 |
| Nota 21 - Outros passivos | 41 |
| Nota 22 - Garantias financeiras prestadas | 41 |
| Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais | 41 |
| Nota 24 - Patrimônio líquido | 43 |
| Nota 25 - Transações com partes relacionadas | 44 |
| Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia | 45 |
| Nota 27 - Outras informações | 45 |
| Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros | 46 |
| Nota 29 - Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital | 53 |
| Nota 30 - Combate aos efeitos da pandemia do Covid-19 | 55 |
| Resumo do relatório do comitê de auditoria | 57 |
| Parecer do conselho fiscal | 59 |
| Composição dos órgãos de administração do Bancoob | 60 |

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020

Cenário Macroeconômico

O ano de 2020 foi marcado globalmente pelos impactos da pandemia de covid-19, em um evento sem precedentes na história econômica moderna e que teve implicações igualmente sem paralelo em termos de reflexos nas economias e no modo de vida das populações. A adoção de medidas fortemente restritivas, a fim de conter o avanço do contágio, provocou um temporário colapso conjunto das condições de oferta e demanda, resultando em quedas nunca observadas dos índices de atividade econômica em praticamente todos os países.

Ao longo do 2º semestre as economias mostraram uma recuperação parcial a partir dos momentos mais críticos, porém a segunda onda da pandemia em diversas regiões renovou os temores de reversão dessa retomada. No Brasil, a economia acompanhou a mesma tendência internacional, com as preocupações agravadas pela percepção de uma herança fiscal bastante crítica em um contexto político permanentemente turbulento.

Os principais indicadores nacionais de atividade econômica mostraram impactos da pandemia a partir de março, quando medidas de isolamento social começaram a ser tomadas. A partir de maio, os números mostraram uma tendência de recuperação, embora a retomada tenha ocorrido de forma heterogênea entre os setores.

Com base nos números divulgados até novembro, o segmento mais avançado na recuperação foi o comércio varejista, cujo nível das vendas medidas pela PMC-IBGE estava 7,3% acima do verificado em fevereiro. O consumo de bens foi beneficiado de duas formas durante este período atípico. De um lado, o auxílio emergencial do governo federal injetou R\$ 275 bilhões, até novembro, segundo dados do Tesouro Nacional, montante crucial para a sustentação do consumo, em especial das famílias mais fragilizadas e dos trabalhadores informais. De outro, a mudança de hábitos forçada pela pandemia levou as pessoas a dispenderem menos recursos com serviços, incluindo viagens, entretenimento e alimentação fora do domicílio, o que liberou renda para a aquisição de bens. Diante da recuperação observada nos últimos meses, o índice da Pesquisa Mensal de Comércio acumulou alta de 1,1% entre janeiro e novembro, na comparação com o mesmo período de 2019.

O setor industrial também tem mostrado uma dinâmica positiva nos últimos meses, tendo alcançado em novembro nível 2,6% acima de fevereiro (dados da PIM-IBGE). No acumulado do ano até novembro a produção industrial ainda apresenta recuo de 5,5%, reflexo da paralisação da produção ocorrida principalmente nos meses de abril e maio.

O setor de serviços manteve-se como o mais lento no processo, o que não surpreende diante dos impactos mais adversos sofridos por estas atividades – em novembro a PMS-IBGE mostrava o índice 3,2% abaixo de fevereiro. No acumulado entre janeiro e novembro, o volume de serviços apresentou recuo de 8,4% na comparação com o mesmo período de 2019.

Sendo um indicador geral da atividade econômica, o índice IBC-Br apresentou, em novembro, a sétima alta consecutiva na margem. Após recuar 15% nos meses de março e abril, que foram os mais críticos do ponto de vista do travamento da economia, o índice subiu 15,3% nos meses subsequentes. Com isso, o nível alcançado em novembro ficou apenas 1,9% abaixo do registrado em fevereiro. Já no acumulado do ano até novembro, o IBC-Br apresenta perda de 4,6% ante o mesmo período de 2019.

Até o 3T, o PIB brasileiro apresentou queda de 5,0% em comparação ao observado nos três primeiros trimestres de 2019. Vale destacar a forte volatilidade observada ao longo de 2020, reflexo direto dos impactos da pandemia. Considerando os dados na margem, o PIB teve quedas de 1,5% no 1T e de 9,6% no 2T, exibindo uma importante retomada no 3T, quando cresceu 7,7%. Entre os setores mensurados pelo

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020

lado da oferta, o pior desempenho foi observado no PIB de Serviços, com queda de 5,3%, seguido pela Indústria (-5,1%). O único setor a apresentar crescimento no acumulado até o 3T foi a Agropecuária, com alta de 2,6% no período.

Estima-se que a produção de grãos e fibras crescerá 4,1% em 2020, de acordo com levantamento de janeiro da Conab. O resultado do PIB Agro em 2020 deve confirmar esse desempenho positivo, com crescimento estimado de 2,1% em relação a 2019. A expansão de 6,3% da produção de soja foi o principal fator dinamizador, sobretudo no 1T e 2T do ano, com avanços de 4,0% e 2,4% na comparação com iguais período de 2019, respectivamente.

Os setores do agronegócio foram beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2020, favorecendo as exportações do setor, que alcançaram cerca de US\$ 101 bilhões de acordo com dados compilados pelo Ministério da Agricultura (crescimento de 4,1% ante 2019), refletindo também o forte desempenho das vendas de café e açúcar no mercado internacional. A demanda externa favorável contribuiu para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja, incentivando maiores investimentos no setor.

O mercado de trabalho também apresentou oscilações acentuadas ao longo do ano. Tomando como base os dados da PNAD, que fornecem uma dimensão mais ampla do mercado de trabalho ao incluírem os informais, fica claro o quadro ainda anômalo do emprego. No trimestre encerrado em outubro, a taxa encontrava-se em 14,3%, abaixo do pico de 14,6% registrado no mês anterior, porém bem acima da mínima do ano, de 11,2% registrado em janeiro.

O mercado de crédito também foi fortemente impactado pelos desdobramentos da epidemia, porém com efeitos distintos de acordo com a finalidade das linhas. Os empréstimos direcionados para pessoas jurídicas ganharam um impulso expressivo, à luz da criação de linhas emergenciais de suporte às empresas. Com isso, no acumulado do ano até novembro, as concessões para PJ com recursos direcionados cresceram 107% em termos nominais, na comparação com o mesmo período de 2019, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Ainda para PJ, as concessões com recursos livres cresceram apenas 6,5% até novembro. Por outro lado, as concessões para pessoas físicas com recursos livres sofreram um tombo expressivo nos meses de março e abril, retomando a tendência de alta desde então. Ainda assim, no acumulado até novembro há uma queda nominal de 2,0%. As concessões PF com recursos direcionados continuaram com dinâmica positiva, com alta de 20% até novembro – desempenho muito influenciado pelos empréstimos imobiliários.

A inadimplência apresentou tendência de alta nos primeiros meses da pandemia, mas reverteu a trajetória nos meses subsequentes. No caso dos empréstimos para pessoas físicas, a inadimplência alcançou uma máxima de 5,6% em maio (de 4,9% em janeiro), mas entrou em declínio nos meses seguintes até atingir 4,3% em novembro. Para pessoas jurídicas, a inadimplência alcançou a mínima histórica de 1,5% em outubro e novembro, após ter atingido um pico de 2,4% em abril e maio.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou o ano pressionada, com variação de 4,52%. Parte relevante da pressão observada no ano decorreu da alta dos preços de alimentos, em grande medida, ocasionada pela forte desvalorização cambial e aumento global do consumo destes itens, em virtude da pandemia.

Sob a perspectiva dos graves impactos econômicos da pandemia e de expectativas de inflação abaixo das metas traçadas, o Banco Central estendeu o processo de redução da taxa de juros, resultando no alcance do inédito patamar de 2% na reunião de agosto. A partir de então, a Selic permaneceu estabilizada neste patamar até o término de 2020, com o Copom reforçando que as condições atuais exigem um estímulo excepcionalmente elevado.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020

No cenário internacional, as principais economias mostraram recuperação ao longo do segundo semestre, a partir de quedas sem precedentes nos níveis de atividade econômica provocadas pela pandemia. Na China, onde os impactos mais intensos ocorreram no 1T do ano, o PIB mostrou uma expansão surpreendente de 2,3% em 2020, sendo provavelmente a única economia relevante a apresentar crescimento ainda no ano passado. O mundo ocidental, enquanto isso, teve que lidar com a segunda onda da pandemia a partir do último trimestre do ano. Nos Estados Unidos, os dados mostraram uma forte recuperação no 3T, mas com sinais de perda de ritmo na parte final do 4T.

Bancoob

Especializado no atendimento às cooperativas financeiras, o Bancoob disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares. No ano de 2020, os principais indicadores do consolidado Bancoob apresentaram os seguintes avanços: expandiu seu resultado 24,56% em relação à 2019, alcançando o valor de R\$ 164,03 milhões; o saldo dos empréstimos e recebíveis de cliente totalizaram R\$ 24,63 bilhões, representando aumento de 24,53% em relação ao ano anterior; outro expressivo crescimento apresentado no período foi em depósitos totais na ordem de 31,65%, atingindo o valor de R\$ 55,21 bilhões em 2020; e com destaque para os depósitos de poupança que totalizaram R\$ 9,90 bilhões, crescendo 52,16% em relação a 2019. Diante de um ano atípico, por ocasião da pandemia causada pelo coronavírus, essas evoluções demonstram a superação do cooperativismo de crédito frente ao cenário econômico adverso.

Neste ano, sublinhamos a atuação do Bancoob nas linhas emergenciais ofertadas para enfrentar os impactos econômicos e sociais provocados pela pandemia, são elas: Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), totalizando R\$ 2,47 bilhões repassados nessas linhas; além de promover ações de negociações sobre os contratos de crédito com a finalidade de possibilitar repactuações, prorrogações e renegociações. Com esse engajamento, o Bancoob proporcionou às cooperativas mais condições de responder aos desafios da conjuntura social e econômica do país.

A grande iniciativa estratégica realizada no ano de 2020 foi a integração das estruturas de governança corporativa do Bancoob e Sicoob Confederação, definidas como entidades de 3º grau do Sicoob. Com a unificação das estruturas foi instituída a Governança Única (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) com a finalidade de ampliar a agilidade, obter maior sinergia entre as áreas de tecnologia da informação, operações, negócios e áreas de apoio, e reduzir custos. O novo modelo de governança reforça o compromisso com as cooperativas da utilização cada vez mais racionalizada dos recursos.

No âmbito dos negócios, o ano registrou um desempenho positivo e surpreendente nos produtos e serviços comercializados. No financiamento do agronegócio, as liberações de crédito rural cresceram 29,5%, totalizando R\$ 10,4 bilhões, atendendo aos públicos familiar, médio e grande produtor. Em consórcios, foram produzidos R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 40,6%, com destaque para os segmentos imóveis, veículos e motos. Em atenção ao segmento empresarial, a cobrança bancária processou R\$ 129 bilhões em 177,2 milhões de boletos, crescimento em valor de 27,7%. No crédito consignado, foi contratado R\$ 1,3 bilhão, crescimento de 50,9%, com destaque para empréstimo a aposentados e pensionistas, com crescimento de 60% em relação a 2019.

Em especial, o portfólio foi agraciado com o lançamento da plataforma Cooperera, o ecossistema de fidelidade do Sicoob. Atualmente está disponível para os cooperados e traz em seu arranjo três verticais de negócios: Programa de Pontos, Marketplace e Lojas Virtuais.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020

Performance

a. Ativos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 42,86 bilhões em 2020, o que corresponde a aumento de aproximadamente 13,38% quando comparado a dezembro de 2019, destacam-se.

a.1. Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 17,54 bilhões em 2020, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 98,66% do total de instrumentos financeiros.

a.2. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com montante consolidado de R\$ 888,83 milhões em 2020, refere-se às aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

a.3. Empréstimos e recebíveis

Com montante consolidado de R\$ 24,43 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 30,30% em relação a dezembro 2019. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 65,30%, e capital de giro, que expandiu 30,18%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 1,35 bilhão, aumento de 1,49% em relação a dezembro de 2019.

b. Operações de cartões

O Bancoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano 2020 com 7,96 milhões de plásticos, dos quais 3,15 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 23% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 48,9 bilhões, significando um crescimento de 28% em relação ao ano de 2019. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 25,47 bilhões.

c. Operações de adquirência

A adquirência, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano 2020 uma redução de 10% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período de 2019.

Além da redução da base, os impactos causados pela Pandemia resultaram em um faturamento acumulado de R\$ 31,7 bilhões, o que representa uma redução de 4% em relação ao ano de 2019.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2020

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, em 2020, o valor de R\$ 55,21 bilhões, um aumento de 46,30% em relação ao ano de 2019, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob e sistemas parceiros.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 9,90 bilhões, um crescimento de 52,16% em relação ao ano de 2019.

e. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2020 um total de 465.593.619 documentos, sendo 10,32% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano 2020, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 53 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos a SAMAE Caxias do Sul RS, CERTEL RS, Prefeitura da cidade Fazenda Rio Grande PR, Prefeitura de Alvorada do Sul PR, EMASA Camboriú SC, Concessionária Águas de Bombinhas SC, Prefeitura de Arinos MG, Prefeitura de Ipatinga MG, Prefeitura de Itabira MG, Prefeitura de Bebedouro SP, Prefeitura de São José Campos SP, SAAE Mogi Mirim SP, SAEP Pirassununga SP, CONSIGAZ SP, PROPANGÁS SP, Prefeitura de Vila Velha ES, Prefeitura de Chapadão do Céu GO, SANEACEU GO, Prefeitura de Caldas Novas GO, Prefeitura de Bela Vista GO, Prefeitura de Juína MT, Concessionária Águas de Matupá MT e Concessionária Águas de Timon MA.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$ 2,08 bilhões, o que representa um crescimento de 1,88% em relação ao ano anterior.

No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 164,03 milhões, com retorno anualizado de 8,58% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Bancoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Ativo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 10 | 27.245.927 | 11.082.748 |
| Depósitos compulsórios no Banco Central | 11 | 1.518.597 | 1.281.858 |
| Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR) | 14 | 241.256 | 56.790 |
| Títulos e valores mobiliários | | 25.468 | 24.583 |
| Cotas de fundos de investimento | | 29.053 | 22.460 |
| CPR/CPRF | | 186.735 | 9.747 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | 42.621.821 | 37.152.389 |
| Empréstimos e recebíveis de clientes | 12(a) | 24.629.779 | 18.587.279 |
| (-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis | | (198.049) | (149.591) |
| Títulos e valores mobiliários | 12(d) | 17.307.258 | 17.970.254 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 12(d) | 888.827 | 754.033 |
| (-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos e valores mobiliários | | (5.994) | (9.586) |
| Outros ativos | 15 | 4.223.180 | 3.850.878 |
| Créditos tributários | 16(a) | 218.170 | 174.733 |
| Investimentos | 17 | 101.155 | 83.482 |
| Imobilizado | 18 | 129.237 | 137.432 |
| Intangível | 19 | 41.508 | 42.729 |
| TOTAL DO ATIVO | | 76.340.851 | 53.863.039 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Passivo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | 65.805.683 | 44.884.986 |
| Depósitos de clientes | 20(a) | 55.208.687 | 37.737.003 |
| Obrigações por operações compromissadas | 20(b) | 6.777.303 | 3.938.495 |
| Letras de crédito do agronegócio | 20(c) | 42.227 | 111.639 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 20(d) | 3.767.130 | 3.089.779 |
| Outros passivos | | 10.336 | 8.070 |
| Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | 1 | 85 |
| Instrumentos financeiros derivativos passivo | | 1 | 85 |
| Passivos fiscais | | 129.907 | 161.902 |
| Impostos correntes | | 101.950 | 133.655 |
| Impostos diferidos | | 27.957 | 28.247 |
| Outros passivos ao custo amortizado | | 8.326.208 | 6.858.634 |
| Outras obrigações | 21 | 8.311.229 | 6.844.540 |
| Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis | 23(a) | 14.979 | 14.094 |
| Patrimônio líquido | 24 | 2.079.052 | 1.957.432 |
| Capital social | | 1.864.332 | 1.742.770 |
| Reservas de capital | | 51 | 51 |
| Reservas de lucros | | 218.378 | 172.831 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (14.895) | 27.271 |
| Lucros acumulados | | 10.558 | 4.801 |
| Participação de não controladores | | 628 | 9.708 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 76.340.851 | 53.863.039 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|------------------|------------------|
| Receitas com juros e similares | 5 | 2.207.484 | 2.886.379 |
| Despesas com juros e similares | 5 | (1.518.558) | (2.341.573) |
| Receita líquida com juros | | 688.926 | 544.806 |
| Receitas de tarifas e comissões | 6 | 1.244.740 | 1.272.217 |
| Despesas com tarifas e comissões | 6 | (192.680) | (154.216) |
| Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR | | 530 | 1.981 |
| Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros | | (54.653) | (71.731) |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 35.258 | 24.057 |
| Variações cambiais (líquidas) | | (667) | (935) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 7 | (623.143) | (764.295) |
| Receita líquida operacional | | 1.098.311 | 851.884 |
| Despesas operacionais | | (845.622) | (665.938) |
| Despesas com pessoal | 8 | (235.510) | (212.582) |
| Despesas gerais e administrativas | 9 | (429.755) | (286.516) |
| Despesas tributárias | | (166.153) | (153.404) |
| Depreciações e amortizações | | (14.204) | (13.436) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | 252.689 | 185.946 |
| Impostos correntes | | (94.688) | (127.030) |
| Impostos diferidos | | 6.025 | 64.831 |
| Lucro líquido do exercício | | 164.026 | 123.747 |
| Lucro atribuível à controladora | | 163.044 | 122.248 |
| Atribuível às participações de não controladores | | 982 | 1.499 |
| Resultado abrangente do exercício | | 164.026 | 123.747 |
| Atribuível à controladora | | 163.044 | 122.248 |
| Atribuível às participações de não controladores | | 982 | 1.499 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Capital social | Aumento de capital | (-) Capital a integralizar | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva de capital | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Ações em tesouraria | Total atribuível à controladora | Participação de não controladores | Total |
|---|-------|------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | 1.525.152 | - | - | 27.706 | 51 | 257.685 | 10.078 | - | 1.820.672 | 8.220 | 1.828.892 |
| Lucro líquido do exercício | 24(a) | - | - | - | - | - | - | 122.248 | - | 122.248 | 1.499 | 123.747 |
| Aumento de capital | | 217.618 | (217.618) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Capital a realizar | | - | - | (217.618) | - | - | - | - | - | (217.618) | - | (217.618) |
| Integralização de capital | | - | 217.618 | 217.618 | - | - | - | - | - | 435.236 | - | 435.236 |
| Dividendos propostos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | (206.737) | - | - | (206.737) | - | (206.737) |
| Outras mutações | | - | - | - | (435) | - | - | 435 | - | - | - | - |
| Destinações propostas: | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | 24(b) | - | - | - | - | - | 6.398 | (6.398) | - | - | - | - |
| Reserva de lucros | 24(c) | - | - | - | - | - | 115.485 | (115.485) | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | 24(d) | - | - | - | - | - | - | (6.078) | - | (6.078) | - | (6.078) |
| Mudanças na participação de não controladores | 24(f) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (11) | (11) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 1.742.770 | - | - | 27.271 | 51 | 172.831 | 4.801 | - | 1.947.724 | 9.708 | 1.957.432 |
| Mutações no período | | 217.618 | - | - | (435) | - | (84.854) | (5.277) | - | 127.052 | 1.488 | 128.540 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | | 1.742.770 | - | - | 27.271 | 51 | 172.831 | 4.801 | - | 1.947.724 | 9.708 | 1.957.432 |
| Lucro líquido do exercício | 24(a) | - | - | - | - | - | - | 163.045 | - | 163.045 | 982 | 164.026 |
| Aumento de capital | | 121.562 | (217.618) | - | - | - | - | - | - | (96.056) | - | (96.056) |
| Capital a realizar | | - | - | (121.562) | - | - | - | - | - | (121.562) | - | (121.562) |
| Integralização de capital | | - | 217.618 | 121.562 | - | - | - | - | - | 339.180 | - | 339.180 |
| Dividendos propostos de exercícios anteriores | | - | - | - | - | - | (115.485) | - | - | (115.485) | - | (115.485) |
| Outras mutações | | - | - | - | (42.166) | - | - | 3.744 | - | (38.422) | - | (38.422) |
| Destinações propostas: | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | 24(b) | - | - | - | - | - | 8.052 | (8.052) | - | - | - | - |
| Reserva de lucros | 24(c) | - | - | - | - | - | 145.331 | (145.331) | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | 24(d) | - | - | - | - | - | 7.649 | (7.649) | - | - | - | - |
| Mudanças na participação de não controladores | 24(f) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (10.062) | (10.062) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 1.864.332 | - | - | (14.895) | 51 | 218.378 | 10.558 | - | 2.078.424 | 628 | 2.079.052 |
| Mutações no período | | 121.562 | - | - | (42.166) | - | 45.547 | 5.757 | - | 130.700 | (9.080) | 121.620 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|--------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido ajustado | | 307.403 | 259.139 |
| Lucro líquido antes dos tributos | | 252.689 | 185.946 |
| Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros | | 54.830 | 71.731 |
| Juros e variações monetárias e cambiais | | (608) | (230) |
| Participação nos lucros | | 14.781 | 14.272 |
| Depreciações e amortizações | | 14.204 | 13.437 |
| Resultado de participações em controladas | | (35.258) | (24.057) |
| Juros pela venda do imobilizado | | 1 | 1 |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | | 2.584 | 2.626 |
| Outros ajustes | | 4.180 | (4.587) |
| (Aumentos) Decréscimos líquidos nos ativos operacionais | | (6.417.925) | (8.275.374) |
| Ativos financeiros ao valor justo no resultado | | (183.061) | (29.912) |
| Decréscimo (aumento) em títulos e valores mobiliários | | 520 | (6.280) |
| (Aumento) decréscimo em cotas de fundos de investimento | | (6.593) | (23.632) |
| Aumento de outros | | (176.988) | - |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | (5.568.354) | (8.350.662) |
| Aumento em títulos e valores mobiliários | | 657.397 | (5.783.966) |
| Decréscimo (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros | | (134.794) | 708.886 |
| (Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes | | (6.090.957) | (3.275.583) |
| Demais ativos | | (666.510) | 105.200 |
| Variação nos depósitos compulsórios no Bacen | | (236.739) | (238.402) |
| (Aumento) de outros ativos | | (298.078) | 450.825 |
| Imposto de renda e contribuição social (pagos) | | (131.693) | (107.222) |
| (Aumentos) Decréscimos líquidos nos passivos operacionais | | 22.311.470 | 3.508.174 |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | 20.920.611 | 2.974.030 |
| Aumento de depósitos | | 17.471.684 | 2.132.764 |
| Aumento das obrigações por operações compromissadas | | 2.838.807 | 649.988 |
| (Decréscimo) aumento das letras de crédito do agronegócio | | (59.263) | (117.229) |
| (Decréscimo) aumento das obrigações por empréstimos e repasses | | 677.351 | 300.077 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | (85) | 86 |
| Outros passivos | | (7.883) | - |
| Demais passivos | | 1.390.859 | 534.144 |
| Aumento em outros passivos | | 1.389.974 | 533.453 |
| Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis | | 885 | 691 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | 16.200.948 | (4.508.061) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Recebimento de dividendos de coligadas | | 23.657 | 8.000 |
| Aquisição de outros investimentos | | (52.383) | (6.724) |
| Aquisição de imobilizado | | (2.468) | (7.586) |
| Aquisição de intangível | | (3.256) | (2.424) |
| Alienação de imobilizado de uso | | - | 70 |
| Alienação de intangível | | 1 | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (34.449) | (8.664) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Aquisição de ações própria emissão | | - | - |
| Aumento de capital social | | 121.562 | 217.618 |
| Pagamento de dividendos | | (124.882) | (217.426) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | | (3.320) | 192 |
| (Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 16.163.179 | (4.516.533) |
| (Redução) Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 16.163.179 | (4.516.533) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 10 | 11.082.748 | 15.599.281 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 10 | 27.245.927 | 11.082.748 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 - Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco"), companhia de capital fechado, localizado em Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

b. Adoção de novas normas e interpretações

O Bancoob adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

- **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Não houve impacto decorrente da adoção dos novos termos da Estrutura Conceitual no Bancoob.

c. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

- **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- Variable Fee Approach:** abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- (i) **Fluxos de caixa futuros esperados:** estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- (ii) **Ajuste ao risco:** estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- (iii) **Margem contratual:** diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- (iv) **Desconto:** fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma em razão das operações mantidas pela Bancoob PAR, controlada do banco.

d. Aprovação das demonstrações contábeis

A Diretoria Colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que as aprovou em reunião realizada em 9 de março de 2021.

Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 12(g).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Bancoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Bancoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta"), Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bancoob DTVM"), Cabal Brasil Ltda. ("Cabal") e Bancoob PAR Seguridade S.A. ("Bancoob PAR"), controladas do Bancoob, estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

a.1. Empresas controladas

| Componentes | Bancoob DTVM | Bancoob DTVM | Consórcio Ponta | Consórcio Ponta | Cabal Brasil Ltda.(a) | Cabal Brasil Ltda. | Bancoob PAR | Bancoob PAR |
|--|---------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------------|--------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativo circulante e não circulante | 10.400 | 10.420 | 127.579 | 93.477 | 360.641 | 180.748 | 66.971 | 51.125 |
| Total do ativo | 10.400 | 10.420 | 127.579 | 93.477 | 360.641 | 180.748 | 66.971 | 51.125 |
| Passivo circulante e não circulante | 4.151 | 4.341 | 43.024 | 28.894 | 298.648 | 132.239 | 8.536 | 5.748 |
| Total do passivo | 4.151 | 4.341 | 43.024 | 28.894 | 298.648 | 132.239 | 8.536 | 5.748 |
| Patrimônio líquido | 6.249 | 6.079 | 84.555 | 64.583 | 61.993 | 48.509 | 58.435 | 45.377 |
| Receitas | 13.026 | 13.074 | 229.387 | 177.811 | 125.227 | 99.323 | 35.871 | 24.155 |
| Resultado de operações em continuidade | 3.645 | 3.657 | 19.972 | 8.131 | 13.484 | 7.439 | 35.847 | 24.105 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 3 | 5 | 12 | 381 | 970 | 30 | 1 |
| Participação de controladores | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,00% | 80,00% | 100,00% | 100,00% |

(a) Em 2020, o Bancoob adquiriu mais 19% de participação da Cabal Brasil Ltda., sendo assim, a participação na empresa passou a ser de 99%. Como o Banco já era o controlador, não houve impactos decorrentes desta aquisição de participação societária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

a.2. Fundos de investimento

| Componentes | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob | Sicoob |
|--|----------------------|----------------------|---------------|---------------|--------------|------------------|------------|------------|--------------|
| | Previdenciário FI RF | Previdenciário FI RF | Agências FI | Agências FI | Multimercado | Multimercado (a) | Ações (a) | Ações | Ações |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Ativo circulante | 27.197 | 25.316 | 116 | 200 | - | 1.837 | - | - | 3.593 |
| Ativo não circulante | - | - | 32.545 | 32.864 | - | - | - | - | - |
| Total do ativo | 27.197 | 25.316 | 32.661 | 33.064 | - | 1.837 | - | - | 3.593 |
| Passivo circulante | 6 | 7 | 112 | 199 | - | 5 | - | - | 35 |
| Passivo não circulante | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do passivo | 6 | 7 | 112 | 199 | - | 5 | - | - | 35 |
| Patrimônio líquido | 27.192 | 25.309 | 32.548 | 32.865 | - | 1.832 | - | - | 3.558 |
| Receitas | 15.400 | 10.446 | 2.085 | 3045 | - | 802 | - | - | 1.536 |
| Resultado de operações em continuidade | 1.478 | 4.563 | 1.302 | 2.708 | - | 35 | - | - | 427 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | - | 2 | - | - | 1 | - | - | 26 |

(a) Em 2020, não há mais a característica de retenção substancial de riscos e benefícios, por isso, não foram consolidados.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Bancoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Bancoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Bancoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Bancoob.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Bancoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Bancoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Bancoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Bancoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Bancoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Bancoob realizou julgamento e considerou fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Bancoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários, de empréstimos e recebíveis e de adquirência, foram classificadas preponderantemente na categoria ao “custo amortizado”.

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais relativos apenas a pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Na adoção inicial, o Bancoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Bancoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Bancoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar as características do fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Como resultado do teste de "SPPJ", não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018, o Bancoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(b).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Bancoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Bancoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Bancoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Bancoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Bancoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Bancoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Bancoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE *Lifetime*). A política do Bancoob para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 28.

A PE de 12 meses é a parte da PE *Lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE *Lifetime* são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 28.

O Bancoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Bancoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Bancoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Bancoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- **Migração entre estágios:** a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração/melhora do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O Bancoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Bancoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento; e
- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Bancoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Bancoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Bancoob está incluída a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Bancoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Bancoob em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência. Baseado na experiência passada e nas expectativas do Bancoob, o período para o qual o Bancoob calcula PE para esses produtos é de aproximadamente 24 meses.

Para garantias financeiras prestadas, o Bancoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Bancoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

O Bancoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macro econômicas, em até 12 meses para trás (*lags*) e até 12 meses para frente (*leads*), na visão safra e data base e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Bancoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*Low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Bancoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Bancoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Bancoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada. As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 17.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 18.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

| Item | Taxa ao ano |
|---|-------------|
| Edificações | 1,67% |
| Instalações | 10% |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% |
| Sistemas de comunicação e segurança | 10% |
| Sistemas de processamento de dados (<i>hardware</i>) e transporte | 20% |

O Bancoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Bancoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Bancoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio alocado em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos *PPAs – Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Consórcio Ponta e de participação na Cabal Brasil. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 19.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

| Item | Vida útil | Taxa ao ano |
|---|-----------|-------------|
| Sistemas de processamento de dados (software) | 5 anos | 20% |

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 21.

l. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

m. Benefícios a empregados - Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano dos funcionários do Bancoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 1.156 participantes ativos (2019 – 1.073), cuja contribuição totalizou R\$ 5.671 (2019 – R\$ 5.252), registrada na rubrica “Despesas com Pessoal”.

n. Participação nos lucros e resultados

O Bancoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 23.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 23.

O Bancoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Bancoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até fevereiro e 20% a partir de março (conforme previsão legal da Emenda Constitucional nº 103/19), tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Bancoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 24(d)).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 5 - Receitas líquidas com juros

| Receitas e despesas com juros | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|--------------------|--------------------|
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | | |
| Empréstimos e recebíveis de clientes | | 1.042.971 | 1.053.068 |
| Aplicações em operações compromissadas | | 589.902 | 887.027 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 23.026 | 64.477 |
| Letras financeiras do Tesouro | | 424.973 | 689.242 |
| Letras financeiras | | 36.254 | 116.594 |
| Depósitos compulsórios no Banco Central | | 29.442 | 47.405 |
| Outros | | 60.917 | 28.566 |
| Total | | 2.207.484 | 2.886.379 |
| Despesas com juros | | | |
| Depósitos de poupança | | (157.873) | (230.793) |
| Depósitos interfinanceiros | | (1.056.345) | (1.743.160) |
| Depósitos a prazo | | (14.732) | (28.532) |
| Obrigações por operações compromissadas | | (106.601) | (184.751) |
| Obrigações por empréstimos e repasses | | (127.203) | (114.026) |
| Letras de crédito do agronegócio | | (1.798) | (11.491) |
| Outras despesas de juros | | (54.007) | (28.820) |
| Total | | (1.518.558) | (2.341.573) |
| Receita líquida com juros | | 688.927 | 544.806 |

Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões

| Receitas e despesas de tarifas e comissões | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receitas de tarifas e comissões | | | |
| Convênio Sicoob | (a) | 8.867 | 13.349 |
| Rendas de serviços bancários | | 21.302 | 27.866 |
| Rendas de serviços prestados de fundos | | 2.814 | 2.356 |
| Rendas de administração de fundos | | 12.833 | 12.455 |
| Rendas de administração de consórcios | (b) | 215.807 | 165.557 |
| Rendas de serviços com cartão de crédito | (c) | 539.359 | 509.632 |
| Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento | | 249.771 | 366.218 |
| Rendas de recebimento de concessionárias | (d) | 91.827 | 71.450 |
| Rendas de tarifas bancárias | | 54 | 61 |
| Rendas com serviços de aquisição | | 4.987 | 2.763 |
| Outras receitas | | 97.119 | 100.510 |
| Total | | 1.244.740 | 1.272.217 |
| Despesas de tarifas e comissões | | | |
| Prestação de serviços | (e) | (192.659) | (154.211) |
| Descontos concedidos | | (17) | - |
| Outras despesas | | (4) | (5) |
| Total | | (192.680) | (154.216) |
| Receitas líquidas de tarifas e comissões | | 1.052.076 | 1.118.001 |

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquetes de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, dentre outras.

(b) Refere-se às rendas de administração de consórcios.

(c) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(d) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

(e) Refere-se preponderantemente às despesas com tarifas de arrecadação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Outras receitas operacionais | | | |
| Recuperação de encargos e despesas | | 8.905 | 9.573 |
| Receitas de cartões de crédito | | 85.136 | 67.737 |
| Adquirência | | 246.239 | 266.603 |
| Outras | | 50.006 | 8.923 |
| Total | | 390.287 | 352.836 |
| Outras despesas operacionais | | | |
| Despesas com administração de cartões de crédito | | (434.062) | (508.827) |
| Comissões | | (251.796) | (147.613) |
| Adquirência | (a) | (299.261) | (374.393) |
| Outras | | (28.310) | (86.298) |
| Total | | (1.013.429) | (1.117.131) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (623.142) | (764.295) |

(a) Refere-se, principalmente, a comissões repassadas para as cooperativas de crédito relativo ao credenciamento de novos estabelecimentos

Nota 8 - Despesas com pessoal

| Despesas | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|----------------|----------------|
| Honorários pagos a diretores e conselheiros | | 15.151 | 13.415 |
| Proventos | (a) | 110.440 | 98.042 |
| Encargos sociais | (b) | 48.906 | 42.188 |
| Benefícios | (c) | 42.858 | 37.935 |
| Treinamentos | | 1.797 | 5.120 |
| Remuneração a estagiários | | 1.577 | 1.610 |
| Participação dos empregados nos lucros | | 14.781 | 14.272 |
| Total | | 235.510 | 212.582 |

(a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

Nota 9 - Outras despesas administrativas

| Despesas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação | 523 | 682 |
| Comunicação | 40.599 | 39.459 |
| Material | 1.334 | 1.560 |
| Processamento de dados | 36.313 | 52.523 |
| Propaganda e publicidade | 83.008 | 71.419 |
| Serviços do sistema financeiro | 36.170 | 37.974 |
| Serviços de terceiros | 188.695 | 42.607 |
| Serviços técnicos especializados | 23.557 | 15.115 |
| Viagens | 1.246 | 5.596 |
| Outras despesas administrativas | 18.310 | 19.581 |
| Total | 429.755 | 286.516 |

Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

| Componentes | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | | 32.052 | 17.391 |
| Disponibilidades e reservas no Banco Central | | 32.052 | 17.391 |
| Equivalentes de caixa | | 27.213.875 | 11.065.357 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) | (a) | 27.213.875 | 11.065.357 |
| Total | | 27.245.927 | 11.082.748 |

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central

| Componentes | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------------------|------------------|
| Bacen – Pagamentos Instantâneos | 91.729 | - |
| Bacen - Reservas Compulsórias em espécie | 6.661 | 5.597 |
| BACEN - Recolhimentos obrigatórios | 1.420.207 | 1.276.261 |
| Total | 1.518.597 | 1.281.858 |

Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

| Grupos de empréstimos e recebíveis | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Repasse interfinanceiros | | 11.902.562 | 8.944.055 |
| Repasse interfinanceiros | | 11.902.562 | 8.944.055 |
| Operações de crédito | | 6.990.631 | 5.285.467 |
| Empréstimos e títulos descontados | | 2.683.726 | 1.902.265 |
| Financiamentos | | 1.243.993 | 881.817 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | | 2.853.657 | 2.428.767 |
| Financiamentos imobiliários | | 209.255 | 72.618 |
| Outros recebíveis | | 5.736.586 | 4.357.757 |
| Cartão de crédito e outros créditos | | 5.736.586 | 4.357.757 |
| Subtotal | | 24.629.779 | 18.587.279 |
| (-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis | (a) | -198.049 | (149.591) |
| Total | | 24.431.730 | 18.437.688 |

(a) Inclui a provisão para perdas esperadas de crédito com limites de crédito concedidos e não utilizados.

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

| Setores de atividade | Vencidas | A vencer | | | | | | 2020 | 2019 |
|--|---------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | | |
| Repasse interfinanceiros e financiamentos rurais | | 113.962 | 380.711 | 863.841 | 688.431 | 806.712 | - | 2.853.657 | 2.411.736 |
| Intermediários | - | 937.354 | 6.340.901 | 3.350.699 | 747.248 | 507.295 | - | 11.883.497 | 8.961.087 |
| Pessoas físicas | 31.015 | 837.985 | 4.026.082 | 705.372 | 391.615 | 261.444 | 88.123 | 6.341.636 | 2.579.148 |
| Outros serviços | 14.603 | 403.193 | 2.053.568 | 732.903 | 292.371 | 52.682 | 1.669 | 3.550.989 | 4.635.308 |
| Total | 45.618 | 2.292.494 | 12.801.262 | 5.652.815 | 2.119.665 | 1.628.133 | 89.792 | 24.629.779 | 18.587.279 |

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasses interfinanceiros

| Segmentação | 2020 | % | 2019 | % |
|------------------------|-------------------|-------------|------------------|---------------|
| 10 maiores devedores | 4.118.766 | 35% | 2.964.826 | 33,09 |
| 50 maiores seguintes | 4.641.710 | 39% | 3.808.981 | 42,50 |
| 100 devedores seguinte | 2.668.875 | 22% | 2.046.135 | 22,83 |
| Demais | 473.211 | 4% | 124.113 | 1,58 |
| Total | 11.902.562 | 100% | 8.944.055 | 100,00 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

c.2. Operações de crédito

| Segmentação | 2020 | % | 2019 | % |
|------------------------|------------------|----------------|------------------|---------------|
| 10 maiores devedores | 531.504 | 7,60% | 492.301 | 5,55 |
| 50 maiores seguintes | 572.516 | 8,19% | 319.318 | 4,73 |
| 100 devedores seguinte | 335.274 | 4,80% | 220.063 | 4,27 |
| Demais | 5.551.337 | 79,41% | 4.253.785 | 85,45 |
| Total | 6.990.631 | 100,00% | 5.285.467 | 100,00 |

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

| Modalidade | 2020 | | 2019 | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------|
| | Exposição máxima | Exposição máxima | Exposição máxima | Efeito financeiro da garantia |
| Empréstimos e títulos descontados | 2.683.726 | 1.247.465 | 1.499.862 | 472.695 |
| Financiamentos | 1.243.993 | 1.183.830 | 803.592 | 1.131.316 |
| Repasse interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais | 14.756.218 | 24.041.773 | 11.372.759 | 19.728.177 |
| Financiamentos imobiliários | 209.255 | 367.599 | 72.618 | 48.499 |
| Cartão de crédito e outros créditos | 5.736.586 | - | 4.357.757 | - |
| Total | 24.629.778 | 26.840.666 | 18.106.588 | 21.380.687 |

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

| Ativos financeiros ao custo amortizado | Sem vencimento | Prazos de vencimento | | | | | Valor de Curva | 2020 | | 2019 | | Ganho (perda) não realizado |
|--|----------------|----------------------|------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|
| | | Até 1 mês | 1 mês a 3 meses | 3 meses a 6 meses | 6 meses a 12 meses | Acima de 1 ano | | Valor Justo | Valor de Curva | Valor Justo | | |
| Títulos e valores mobiliários | - | 125.278 | 1.216.605 | 337.013 | 742.911 | 14.801.670 | 17.307.258 | 17.223.477 | (83.781) | 17.970.254 | 17.971.389 | 1.135 |
| I - Carteira própria | - | 125.278 | 213.109 | 337.013 | 442.966 | 5.700.150 | 6.848.636 | 6.818.516 | (30.120) | 7.001.970 | 7.002.347 | 377 |
| Certificados de depósito bancário | - | - | - | - | - | 354 | 354 | 354 | - | 1.250 | 1.250 | - |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 141.506 | - | 678 | 5.474.131 | 5.644.379 | 5.616.315 | (28.064) | 5.834.000 | 5.834.263 | 263 |
| Letras Financeiras - LF | - | 125.278 | 71.603 | 337.013 | 442.288 | 225.665 | 1.203.903 | 1.201.847 | (2.056) | 1.166.720 | 1.166.834 | 114 |
| II - Carteira vinculada a recompra | - | - | - | - | 82.553 | 4.673.577 | 4.790.462 | 4.756.130 | (34.332) | 3.952.246 | 3.952.540 | 294 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | - | - | 82.553 | 4.673.577 | 4.790.462 | 4.756.130 | (34.332) | 3.952.246 | 3.952.540 | 294 |
| III - Vinculados a prestação de garantias | - | - | 1.003.496 | - | 217.392 | 4.427.943 | 5.668.160 | 5.648.831 | (19.329) | 7.016.038 | 7.016.502 | 464 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 1.003.496 | - | 182.504 | 4.427.943 | 5.633.247 | 5.613.943 | (19.304) | 6.827.399 | 6.827.911 | 512 |
| Letras Financeiras - LF | - | - | - | - | 34.888 | - | 34.913 | 34.888 | (25) | 188.639 | 188.591 | (48) |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | - | - | 10.243 | 180.889 | 697.695 | - | 888.827 | 888.827 | - | 754.033 | 754.033 | - |
| Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) | - | - | 10.243 | 180.889 | 697.695 | - | 888.827 | 888.827 | - | 754.033 | 754.033 | - |
| (-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados | - | - | - | - | - | - | (5.994) | (5.994) | - | (9.586) | (9.586) | - |
| Total líquido | - | 125.278 | 1.226.848 | 517.902 | 1.440.606 | 14.801.670 | 18.190.090 | 18.106.309 | (83.871) | 18.714.701 | 18.715.836 | 1.135 |

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2020, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 5.648.831 (2019 - R\$ 7.016.502), sendo principalmente:

- R\$ 1.891.950 (2019 – R\$ 4.132.923) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 3.692.745 (2019 – R\$ 2.826.956) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliários e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

| Carteiras | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e recebíveis de clientes | 23.696.113 | 18.010.830 |
| Repasse interfinanceiros | 11.883.497 | 8.961.086 |
| Empréstimos e títulos descontados | 2.357.950 | 1.713.434 |
| Financiamentos | 1.086.769 | 784.759 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 2.735.667 | 2.297.111 |
| Financiamentos imobiliários | 197.873 | 70.680 |
| Cartão de crédito e outros créditos | 5.434.357 | 4.183.760 |
| Títulos e valores mobiliários | 15.707.667 | 18.717.090 |
| Títulos públicos | 13.579.671 | 16.607.280 |
| Títulos privados | 2.127.996 | 2.109.810 |
| Outros recebíveis | 3.780.471 | 3.474.368 |
| Adquirência | 3.780.471 | 3.474.368 |
| Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1 | 43.184.251 | 40.202.288 |

e.2. Estágio 2

| Carteiras | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|----------------|----------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 303.832 | 165.274 |
| Financiamentos | 113.366 | 68.534 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 111.451 | 108.099 |
| Financiamentos imobiliários | 11.276 | 1.938 |
| Cartão de crédito e outros créditos | 276.469 | 155.728 |
| Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2 | 816.394 | 499.573 |

e.3. Estágio 3

| Carteiras | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|----------------|---------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 41.009 | 23.557 |
| Financiamentos | 43.859 | 28.524 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 6.539 | 6.526 |
| Financiamentos imobiliários | 107 | - |
| Cartão de crédito e outros créditos | 25760 | 18.269 |
| Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3 | 117.274 | 76.876 |

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

| Migração de estágios | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|-------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 17.985.566 | 499.573 | 76.875 | 18.562.014 | 15.371.908 |
| Transferidos para o Estágio 1 | - | (108.868) | (4.572) | (113.440) | (200.165) |
| Transferidos para o Estágio 2 | (275.830) | - | (2.843) | (278.673) | (290.445) |
| Transferidos para o Estágio 3 | (34.131) | (10.444) | - | (44.575) | (39.132) |
| Oriundos do Estágio 1 | - | 275.830 | 34.131 | 309.961 | 325.528 |
| Oriundos do Estágio 2 | 108.868 | - | 10.444 | 119.312 | 201.982 |
| Oriundos do Estágio 3 | 4.572 | 2.843 | - | 7.415 | 5.226 |
| Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo | 5.907.068 | 157.460 | 3.239 | 6.067.767 | 3.212.377 |
| Total movimentado no exercício | 5.710.547 | 316.821 | 40.399 | 6.067.767 | 3.215.371 |
| Total geral | 23.696.113 | 816.394 | 117.274 | 24.629.781 | 18.587.279 |
| Sem migração de estágio | 10.184.523 | 232.232 | 41.721 | 10.458.476 | 8.607.576 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

f.2. Títulos e valores mobiliários e adquirência

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de adquirência não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|--|-------------------|-------------------|----------|-------------------|-------------------|----------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Empréstimos e recebíveis de clientes | - | 30.100.377 | - | - | 14.901.537 | - |
| Títulos públicos | 15.964.100 | - | - | 16.614.714 | - | - |
| Títulos privados | - | 1.443.019 | - | - | 2.104.849 | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | - | 889.330 | - | - | 1.462.919 | - |
| Total | 15.964.100 | 32.432.726 | - | 16.614.714 | 18.469.305 | - |

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados no exercício de 2020 totalizaram R\$ 231.658 (31/12/2019 - R\$ 20.727) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor R\$ 53.201 refere-se às renegociações de Crédito Consignado, R\$ 85.509 corresponde às operações de Crédito Rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 92.947 decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CNM.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2020 totalizou R\$ 2.927 (2019 – R\$ 2.127).

Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas esperadas de crédito". A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

| Ativos financeiros ao custo amortizado | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | |
|---|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total | Total |
| I - Empréstimos e recebíveis de clientes | 131.032 | 17.591 | 46.756 | 195.380 | 147.506 |
| Repasses interfinanceiros | 86.320 | - | - | 86.320 | 71.114 |
| Empréstimos e títulos descontados | 32.503 | 13.258 | 25.810 | 71.571 | 47.949 |
| Financiamentos | 5.364 | 2.681 | 15.822 | 23.867 | 20.804 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 425 | 245 | 194 | 864 | 842 |
| Financiamentos imobiliários | 733 | 290 | 32 | 1.055 | 382 |
| Cartão de crédito e outros créditos | 5.686 | 1.118 | 4.899 | 11.703 | 6.415 |
| II - Títulos e valores mobiliários | 5.994 | - | - | 5.994 | 9.586 |
| Títulos públicos | 4.074 | - | - | 4.074 | 4.982 |
| Títulos privados | 1.920 | - | - | 1.920 | 4.604 |
| III - Outros ativos | 6.461 | - | - | 6.461 | 5.649 |
| Adquirência | 6.461 | - | - | 6.461 | 5.649 |
| Total geral | 143.487 | 17.591 | 46.756 | 207.835 | 162.741 |

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para perdas esperadas de crédito", dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 12(a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

| Migração de estágios | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | |
|--|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 106.750 | 8.670 | 32.085 | 147.505 | 87.806 |
| Movimentos com impacto no resultado | | | | | |
| Transferidos para o Estágio 1 | - | (1.384) | (1.073) | (2.457) | (1.477) |
| Transferidos para o Estágio 2 | (1.364) | - | (1.165) | (2.529) | (1.790) |
| Transferidos para o Estágio 3 | (645) | (506) | - | (1.151) | (384) |
| Oriundos do Estágio 1 | - | 1.364 | 645 | 2.009 | 1.776 |
| Oriundos do Estágio 2 | 1.384 | - | 506 | 1.890 | 1.297 |
| Oriundos do Estágio 3 | 1.073 | 1.165 | - | 2.238 | 576 |
| Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo | 23.834 | 8.282 | 15.758 | 47.874 | 59.702 |
| Total com movimento no resultado | 24.282 | 8.921 | 14.671 | 47.874 | 59.700 |
| Total | 131.032 | 17.591 | 46.756 | 195.379 | 147.506 |
| Sem migração de estágio | 45.790 | 3991 | 13.112 | 62.893 | 49.741 |

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

| Migração de estágios | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | |
|--|--------------|------------|------------|--------------|--------------|
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2020 | 1.735 | 202 | 150 | 2.087 | 1.574 |
| Movimentos com impacto no resultado | | | | | |
| Transferidos para o Estágio 1 | - | (57) | (21) | (78) | (76) |
| Transferidos para o Estágio 2 | (30) | - | (20) | (50) | (52) |
| Transferidos para o Estágio 3 | (4) | (4) | - | (8) | (7) |
| Oriundos do Estágio 1 | - | 30 | 4 | 34 | 52 |
| Oriundos do Estágio 2 | 57 | - | 4 | 61 | 69 |
| Oriundos do Estágio 3 | 21 | 20 | - | 41 | 13 |
| Ativos originados | 214 | 177 | 192 | 583 | 513 |
| Total com movimento no resultado | 259 | 165 | 159 | 583 | 513 |
| Total | 1.994 | 368 | 308 | 2.670 | 2.087 |
| Sem migração de estágio | 1.630 | 120 | 96 | 1.846 | 1.335 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

| Ativos financeiros | Prazo de vencimento | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---------------------------------|---------------------|----------------|---------------|
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | Até 3 meses | 25.468 | 24.583 |
| Cotas de fundos de investimento | Sem vencimento | 29.053 | 22.460 |
| Outros | Sem vencimento | 186.735 | 9.747 |
| Total | | 241.256 | 56.790 |

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 241.256 (2019 – R\$ 56.790) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

As rendas dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) totalizaram em 2020, R\$ 530 (2019 – R\$ 1.981).

b. Segregação por hierarquia de valor justo

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 1 | Nível 2 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 25.469 | - | 24.583 | - |
| Cotas de fundos de investimento | - | 29.053 | - | 9.158 |
| Outros | - | 53 | - | 17 |
| Total | 25.469 | 29.106 | 24.583 | 9.175 |

Nota 15 - Outros ativos

| Ativos | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------------------|------------------|
| Rendas a receber de serviços prestados | 32.269 | 21.219 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 5.714 | 4.978 |
| Adiantamento por conta de imobilizações | 110 | 1.178 |
| Depósitos em garantias | 14.847 | 13.507 |
| Tributos a compensar | 143.820 | 115.180 |
| Pagamentos a ressarcir | 149.102 | 111.714 |
| Valores a receber de transações de pagamentos | 3.759.703 | 3.478.821 |
| Títulos e créditos a receber | 21.618 | 23.500 |
| Valores a receber | 24.950 | 7.613 |
| Outros | 77.508 | 78.817 |
| Subtotal | 4.229.641 | 3.856.527 |
| (-) Perdas de crédito esperadas em aquisição | (6.461) | (5.649) |
| Total | 4.223.180 | 3.850.878 |

Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição

| Itens | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|--|------------------|------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Imposto de renda | Imposto de renda | Contribuição social |
| Perdas esperadas em ativos financeiros | 210.504 | 210.504 | 164.827 | 96.206 |
| Taxa efetiva de juros | 28.281 | 28.281 | 22.847 | 15.340 |
| Passivos cíveis e trabalhistas | 14.670 | 14.670 | 13.815 | 13.154 |
| Participação nos resultados | 13.301 | 13.301 | 13.008 | 11.143 |
| Comissão programa de aceleração SIPAG | 4.009 | 4.009 | 2.759 | 2.248 |
| FGTS 50% - diretoria | 2.096 | 2.096 | 1.967 | 1.650 |
| Provisões campanha nacional de vendas | 29.582 | 29.582 | 20.943 | 16.184 |
| Programa de Incentivo - Crédito | 102.702 | 102.702 | - | - |
| Bonificação cartão | 5.345 | 5.345 | 127.791 | 104.573 |
| Honorários advocatícios | 1.518 | 1.518 | 1.518 | 1.518 |
| Outras provisões | 72.185 | 72.185 | 66.617 | 13.385 |
| Montante | 484.193 | 484.193 | 436.092 | 275.401 |
| Alíquotas | 25% | 20% | 25% | 20% |
| Créditos tributários constituídos | 121.048 | 96.839 | 109.024 | 41.343 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

b. Movimentação

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|--|------------------|------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Imposto de renda | Imposto de renda | Contribuição social |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | | | |
| Crédito tributário (ativo) | 109.024 | 65.414 | 68.850 | 25.742 |
| Imposto diferido (passivo) | 16.970 | 11.277 | 17.152 | 12.568 |
| | 125.994 | 76.691 | 86.002 | 38.310 |
| Ajuste em resultado | 11.843 | 31.316 | 39.632 | 5.833 |
| Créditos tributários constituídos | 216.449 | 187.003 | 360.483 | 24.108 |
| Créditos tributários baixados | (204.567) | (155.655) | (320.668) | (17.093) |
| Movimentação passivo diferido | (39) | (32) | (183) | (1.182) |
| Movimentação | 11.843 | 31.316 | 39.632 | 5.833 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Crédito tributário (ativo) | 121.048 | 96.839 | 109.024 | 41.343 |
| Imposto diferido (passivo) | 16.789 | 11.168 | 16.970 | 11.385 |
| | 137.837 | 108.006 | 125.994 | 52.728 |

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

| Anos | Valor nominal | Valor presente |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| 2021 | 104.334 | 102.781 |
| 2022 | 26.803 | 24.902 |
| 2023 | 14.766 | 12.942 |
| 2024 | 16.271 | 13.454 |
| 2025 | 18.659 | 14.555 |
| 2026 a 2030 | 37.054 | 27.268 |
| Total de créditos tributários | 217.887 | 195.902 |

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

| Conciliação | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes da tributação e da participação no lucro | 252.724 | 253 | 185.946 | 185.946 |
| Resultado de participações em controladas | (35.258) | (35) | (24.057) | (24.057) |
| Participação nos lucros e resultados | (14.781) | (14.781) | (14.272) | (14.272) |
| Base de cálculo | 202.685 | (14.564) | 147.617 | 147.617 |
| Alíquota de tributação | 25% | 20%/15%/9% | 25% | 20%/9% |
| | 50.671 | 35.825 | 36.904 | 25.144 |
| Efeito tributário sobre diferenças temporárias | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7.204 | 2.932 | 22.128 | 9.481 |
| Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas | 183 | 135 | 175 | 105 |
| Provisão para Participação nos Lucros | 431 | 827 | - | - |
| Demais provisões | (1.173) | (2.272) | 21.636 | 12.860 |
| | 6.646 | 1.621 | 43.939 | 22.446 |
| Efeitos tributários sobre diferenças permanentes | 1.741 | 2.174 | 1.931 | 1.148 |
| Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar | - | - | (1) | - |
| PAT | (1.415) | - | (1.989) | - |
| Patrocínio Incentivados | (1.659) | - | (1.778) | - |
| Doações - Fundo Nacional do Idoso/Fundo Criança e Adolescente | (684) | - | (465) | - |
| Prorrogação licença maternidade | (193) | - | (200) | - |
| Prorrogação licença paternidade | (43) | - | (58) | - |
| | (3.994) | - | (4.491) | - |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 55.064 | 39.620 | 78.283 | 48.738 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar - exercícios anteriores | 2 | 1 | 9 | - |
| Total de imposto de renda e contribuição social a pagar | 55.066 | 39.621 | 78.292 | 48.738 |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 17 - Investimentos

| Empresas | Nota | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|----------------------|------|----------------|---------------------------|---------------|---------------------------|
| | | Investimento | Resultado de equivalência | Investimento | Resultado de equivalência |
| Sicoob Seguradora | (a) | 66.291 | 35.847 | 50.435 | 24.057 |
| Outros investimentos | (b) | 32.545 | - | 32.864 | - |
| Outros | | 2.319 | - | 183 | - |
| Total | | 101.155 | 35.847 | 83.482 | 24.057 |

(a) Investimento mantido pela Bancoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Nota 18 - Imobilizado

| Movimentação | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Equipamentos de informática | Outros | Total |
|---|---------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 11.443 | 100.212 | 6.034 | 21.949 | 601 | 140.239 |
| Aquisição | - | 1.981 | 16.231 | 1.828 | 289 | 20.329 |
| Alienação | - | - | (53) | - | (17) | (70) |
| Depreciação | - | (3.161) | (6.598) | (13.079) | (228) | (23.066) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 11.443 | 99.032 | 15.614 | 10.698 | 645 | 137.432 |
| Custo total | 11.443 | 116.979 | 31.677 | 23.452 | 1.194 | 184.747 |
| Depreciação acumulada | - | (17.947) | (16.063) | (12.754) | (549) | (47.313) |
| Valor residual | 11.443 | 99.032 | 15.614 | 10.698 | 645 | 137.432 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 11.443 | 99.032 | 15.614 | 10.698 | 645 | 137.432 |
| Aquisição | - | - | 1.560 | 851 | 57 | 2.468 |
| Alienação/transferência | - | - | (128) | (1) | 84 | (45) |
| Depreciação/transferência | - | (2.840) | (2.211) | (6.247) | 680 | (10.618) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 11.443 | 96.192 | 14.835 | 5.301 | 1.466 | 129.237 |
| Custo total | 11.443 | 116.975 | 31.060 | 24.102 | 2.469 | 186.049 |
| Depreciação acumulada | - | (20.783) | (16.226) | (18.801) | (1.003) | (56.812) |
| Valor residual | 11.443 | 96.192 | 14.835 | 5.301 | 1.466 | 129.237 |
| Total | 11.443 | 96.192 | 14.835 | 5.301 | 1.466 | 129.237 |
| Taxas anuais de depreciação % | - | 1,67% | 10% | 20% | 10% | |

Nota 19 - Intangível

a. Softwares

| Movimentação | Total |
|---|--------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 9.296 |
| Aquisição | 2.425 |
| Alienação | (2) |
| Amortização | (3.076) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 8.643 |
| Custo total | 26.936 |
| Amortização acumulada | (18.293) |
| Valor residual | 8.643 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 8.643 |
| Aquisição | 3.256 |
| Alienação | 1 |
| Amortização | (3.586) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 8.314 |
| Custo total | 30.190 |
| Amortização acumulada | (21.876) |
| Valor residual | 8.314 |
| Taxas anuais de amortização % | 20% |

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o "Consórcio Ponta" e a "Cabal Brasil Ltda." foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2020, no valor de R\$ 3.090 (2019 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do "Consórcio Ponta" e de R\$ 21.346 (2019 – R\$ 21.346), relativo à aquisição do controle da Cabal Brasil Ltda. ocorrida em 2015.

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

| Depósitos | Prazo de vencimento | | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Sem vencimento | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | Acima de 1 ano | | |
| À vista | 82.827 | - | - | - | - | - | 82.827 | 51.349 |
| De poupança | 9.902.359 | - | - | - | - | - | 9.902.359 | 6.507.726 |
| Interfinanceiros | - | 5.856.665 | 3.938.346 | 5.353.662 | 20.307.208 | 5.647.290 | 41.103.171 | 26.068.210 |
| Interfinanceiros rurais | - | - | 10.293 | 179.969 | 3.088.048 | 252.343 | 3.530.653 | 4.605.915 |
| A prazo | - | 7.037 | 37.018 | 23.334 | 52.979 | 469.309 | 589.678 | 503.803 |
| Total | 9.985.186 | 5.863.702 | 3.985.657 | 5.556.965 | 23.448.235 | 6.368.942 | 55.208.687 | 37.737.003 |

b. Obrigações por operações compromissadas

| Carteiras | Prazo de vencimento | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------|---------------------|------------------|----------------|--------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | Acima de 1 ano | | |
| Própria | 3.308.385 | 3.385.483 | - | 83.435 | - | 6.777.303 | 3.938.495 |
| De terceiros | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 3.308.385 | 3.385.483 | 0 | 83.435 | 0 | 6.777.303 | 3.938.495 |

c. Letras de crédito do agronegócio - LCAs

| | Prazo de vencimento | | | | | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------|---------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 meses a 1 ano | Acima de 1 ano | | |
| LCA-Pós | 1.561 | 11.822 | 138 | 9.492 | 19.214 | 42.227 | 111.639 |
| Total | 1.561 | 11.822 | 138 | 9.492 | 19.214 | 42.227 | 111.639 |

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,18 % a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

| Repasses | Nota | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-----------------------|------|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| BNDES | - | 103.688 | 311.813 | 759.560 | 574.827 | 727.086 | 72 | 2.477.046 | 1.925.661 |
| Banco do Brasil / FCO | - | 1.469 | 8.267 | 13.924 | 12.956 | 15.886 | - | 52.502 | 27.002 |
| Banco da Amazônia/FNO | - | 53 | 159 | 142 | - | - | - | 354 | - |
| FINAME | - | 55.855 | 170.497 | 345.839 | 208.064 | 111.025 | - | 891.280 | 811.108 |
| Funcafé | - | 6.399 | 297.542 | 42.007 | - | - | - | 345.948 | 326.007 |
| Total | - | 167.464 | 788.278 | 1.161.472 | 795.847 | 853.997 | 72 | 3.767.130 | 3.089.778 |

e. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

| Passivos financeiros | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil |
| Depósitos | 55.362.434 | 55.539.977 | 37.711.089 | 37.882.224 |
| Obrigações por operações compromissadas | 6.779.011 | 6.779.022 | 3.940.596 | 3.940.599 |
| Letras de crédito do agronegócio | 52.268 | 52.376 | 111.337 | 111.639 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 3.767.130 | 3.767.130 | 3.089.779 | 3.089.779 |
| Total | 65.960.843 | 66.138.505 | 44.852.801 | 45.024.241 |

Nota 21 - Outros passivos

| Passivos | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|------------------|------------------|
| Recursos em trânsito de terceiros | | 16.331 | 21.560 |
| Adquirência | (a) | 7.341.871 | 6.007.963 |
| Valores a pagar de despesas administrativas | | 587.210 | 392.171 |
| Obrigações de cartão de crédito | (b) | 139.454 | 234.658 |
| Valores a pagar Del Credere | (c) | 42.242 | 31.100 |
| Obrigações com convênios oficiais - INSS | | 30.422 | 30.395 |
| Valores a pagar arrecadação | | 8.818 | 10.389 |
| Sociais e estatutárias | | 21.298 | 21.478 |
| Impostos e contribuições sobre salários | | 4.655 | 4.931 |
| Obrigações por recursos de consorciados | (d) | 18.787 | 9.595 |
| Valores a pagar outros cotistas de fundos | | 8.475 | 9.169 |
| Outras | | 91.666 | 71.131 |
| Total | | 8.311.229 | 6.844.540 |

(a) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos - adquirência.

(b) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

(c) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

Nota 22 - Garantias financeiras prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 16.104 (2019 - R\$ 17.501). Em 2020 houve reversão de provisão no valor de R\$ 55 (2019 - R\$ 78).

Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

| Causas | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|--------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Depósitos Judiciais | Provisões | Depósitos Judiciais | Provisões |
| Fiscais | 5.029 | 0 | 3.507 | - |
| Trabalhistas | 800 | 2.537 | 1.036 | 2.734 |
| Cíveis | 8.871 | 12.442 | 8.871 | 11.360 |
| Total | 14.700 | 14.979 | 13.414 | 14.094 |

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

| | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | |
|---------------------------------------|------------|--------------|---------|------------|---------|
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total | Total |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2019 | - | 2.733 | 11.361 | 14.094 | 13.403 |
| Constituições no exercício | - | 807 | 3.305 | 4.112 | 2.793 |
| Utilizações no exercício | - | (243) | (526) | (769) | (1.353) |
| Reversões no exercício | - | (761) | (1.697) | (2.458) | (749) |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2020 | - | 2.536 | 12.443 | 14.979 | 14.094 |

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- Fiscais** - referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.
- Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- Cíveis** - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: **(i)** ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; **(ii)** ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; **(iii)** ações de natureza trabalhista; **(iv)** ações administrativas, fiscais e previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); **(v)** ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Bancoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Bancoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

c. Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

| Causas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Trabalhistas | 21.697 | 18.001 |
| Fiscais/Previdenciárias | 164.195 | 160.934 |
| Cíveis | 212.076 | 161.157 |
| Total | 397.968 | 340.092 |

Nota 24 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.003.744.529 (2019 – 943.870.276) ações, sendo 504.626.590 ações ordinárias (2019 – 474.525.166) e 499.117.939 ações preferenciais (2019 – 469.345.110), todas sem valor nominal.

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações, após a destinação ao fundo de reserva legal, possuem, conforme previsão estatutária:

I - prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, não cumulativos, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme previsto no art. 34, II;

II - se a Assembleia Geral Ordinária deliberar pelo pagamento de dividendos, além do previsto no inciso I, prioridade na distribuição: a) de dividendos mínimos anuais, não cumulativos – até o limite de 105% da remuneração, no mesmo exercício social, do CDI, incidente sobre o capital social médio referente às ações preferenciais no mesmo exercício social –, dentro dos quais estarão incluídos os dividendos obrigatórios previstos no inciso I; ou b) do saldo remanescente, verificado após a distribuição dos dividendos obrigatórios, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

III - direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado;

IV - preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Banco, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo restante do reembolso será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais;

V - no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º do Artigo 26 deste Estatuto.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2019 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 8.052 (2019 – R\$ 6.398).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 145.331 (2019 – R\$ 115.485), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 7.649, os quais serão destinados quando autorizado.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações (2019 - R\$ 6.078, equivalentes a R\$ 6,43 por lote de mil ações).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado e pela reversão do ágio registrado em BACEN GAAP referente a compra de 19% de participação societária da Cabal. Em 2020, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de -R\$ 14.895 (2019 – R\$ 27.271).

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas minoritários nas empresas Bancoob Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. ("Bancoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Consórcio Ponta") e Cabal Brasil Ltda. Em 2020, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 628 (2019 – R\$ 9.708). A redução da participação dos acionistas não controladores ocorreu em razão da compra de 19% de participação societária da Cabal Brasil pelo Bancoob, acionista controlador.

Nota 25 - Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | 12.908.840 | 9.586.724 |
| Operações de crédito e repasses interfinanceiros | | 12.856.702 | 9.530.392 |
| Valores a receber | | 4.365 | 4.337 |
| Despesas antecipadas - Comissão | (a) | 47.773 | 51.995 |
| Passivo | | 46.427.017 | 30.326.834 |
| Depósitos | | 41.385.172 | 26.164.436 |
| Operações compromissadas | | 4.090.337 | 3.155.650 |
| Valores a pagar | | 951.507 | 1.006.748 |
| Receitas | | 963.111 | 977.579 |
| Operações de crédito e repasses interfinanceiros | | 640.463 | 664.463 |
| Outras receitas | | 322.648 | 313.116 |
| Despesas | | 1.762.888 | 2.444.154 |
| Captação | | 1.015.336 | 1.758.149 |
| Outras despesas | | 747.552 | 686.005 |

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

b. Empresas controladas pelo Bancoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Bancoob:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

| | Bancoob DTVM | | Bancoob PAR | | Cabal | | Consórcio Ponta | |
|--------------------------|---------------|--------------|--------------|------------|----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Ativo | 65 | 27 | - | - | - | 107 | 221 | 111 |
| Valores a receber | 65 | 27 | - | - | - | 107 | 221 | 111 |
| Passivo | 11.712 | 2.164 | 1.076 | 558 | 338.084 | 77.015 | 178.382 | 74.826 |
| Depósitos à vista | 4 | 3 | 60 | 1 | 969 | 964 | 49 | 10 |
| Depósitos a prazo | 11.708 | 2.161 | 1.016 | 557 | 306.784 | 66.682 | 178.334 | 74.816 |
| Valores a pagar | - | - | - | - | 30.331 | 9.369 | - | - |
| Despesas | 184 | 193 | 14 | 173 | 2.023 | 80.163 | 2.280 | 4.384 |
| Despesas de captação | 184 | 193 | 14 | 173 | 2.023 | 3.113 | 2.280 | 4.384 |
| Despesas administrativas | - | - | - | - | - | 77.050 | - | - |
| Receitas | - | - | - | - | - | 14 | 1.273 | 1.114 |
| Receitas diversas | - | - | - | - | - | 14 | 1.273 | 1.114 |

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

| Ítem | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|--------------|---------------|---------------|
| Honorários | 12.216 | 10.272 |
| Encargos | 4.096 | 3.579 |
| Benefícios | 3.072 | 2.468 |
| Total | 19.384 | 16.319 |

Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 2020 é de 13,47% (2019 – 16,61%).

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Bancoob estão disponíveis no sítio da instituição www.bancoob.com.br.

Nota 27 - Outras informações

a. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Bancoob e a Bancoob DTVM oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2020, foram provisionados os valores de R\$ 14.940 (2019 – R\$ 14.272) apresentados no grupo “Despesas com pessoal”, conforme Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bancoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- b) Não Financeiros:** risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Bancoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Bancoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) 3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Bancoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Bancoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Bancoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Bancoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a. validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b. estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k. modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

i. Definição de ativo problemático e cura

O Bancoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)

O Bancoob possui modelo de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default - LGD*)

O Bancoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Bancoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE *Lifetime*, o Bancoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Bancoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

iii.5. *Forward Looking* (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos *Forward Looking* por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

a.2.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.2.1.1.** o valor do risco e o consumo de limite das carteiras bancária e de negociação;
- a.2.1.2.** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- a.2.1.3.** limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- a.2.1.4.** análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base na curva de juros;
- a.2.1.5.** resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- a.2.1.6.** testes de estresse;
- a.2.1.7.** planos de contingência.

a.2.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação e carteira bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BCB.

Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*).

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (*IRRBB*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔNII (*delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- Δ EVE (delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros.

Ademais, são realizados testes de estresse regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de estresse são:

- **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Choques metodologia padronizada** – considera choques paralelo de alta e baixa na curva de juros, aplicando a metodologia padronizada prevista na Circular BCB n.º 3.876/19, para avaliar a sensibilidade do risco da carteira bancária dada uma mudança no comportamento das taxas de juros.

A estrutura de limites é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos para o risco de mercado e de variação das taxas de juros e são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do site www.bancoob.com.br, no caminho “Conheça o Bancoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.3. Risco de Liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a.3.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.3.1.1.** composição da liquidez;
- a.3.1.2.** limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.3.** fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.4.** testes de estresse;
- a.3.1.5.** planos de contingência.

a.3.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

a.3.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

a.3.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Bancoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas de contingência com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do site www.bancoob.com.br, no caminho "Conheça o Bancoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Bancoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Bancoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Bancoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; aquisição; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

Nota 29 – Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

a. Risco de continuidade dos negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b. avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c. definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d. continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e. transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a. monitoramento;
- b. análise e diligenciamento;
- c. comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- d. emissão de relatórios gerenciais.

c. Risco Cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Bancoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;
- b. proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c. prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d. tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e. formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- f. promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g. estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente;
definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Nota 30 – Informações complementares

a. Alteração da denominação social do Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob

Haja vista a reestruturação das entidades de terceiro grau, o reposicionamento estratégico e o fortalecimento da marca Sicoob, foi alterada a denominação social do Banco Cooperativo do Brasil – S/A – Bancoob para Banco Cooperativo Sicoob S/A – Banco Sicoob.

b. Combate aos efeitos da pandemia da Covid-19

Em 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, suas cooperativas singulares, cooperativas centrais, instituições de terceiro nível: Sicoob Confederação, Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, empresas ligadas e fundação patrocinada, tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia da Covid-19.

O Bancoob exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Desde 13 de março de 2020 foram acionados o Comitê de Crise do Sicoob e o Grupo de Crise para enfrentamento da pandemia Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo.
- Priorização do trabalho remoto (home office).
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados.
- Suspensão de todas as viagens.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O Bancoob, vem acompanhando e atuando de maneira preventiva na avaliação da qualidade de toda a sua carteira de crédito e realizando, sempre que necessário, ações para reforço de suas provisões, principalmente para Associados de setores econômicos mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19.

Durante o ano de 2020 foram realizados, seguindo as melhores práticas, uma série de estudos visando antecipar, orientar e minimizar os impactos econômicos nas diversas carteiras devido ao COVID-19.

Outros efeitos identificados/esperados

Foram adotadas medidas governamentais e regulatórias no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que proporcionaram apoio aos negócios minimizando os impactos da pandemia:

- Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia.
- Mudanças na taxa – IOF (Decreto n.º 10.414 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que específica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 2/10/2020).
- Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas - Resolução CMN nº 4.800/2020.
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito.

* * *

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2020

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2020, 11 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS), avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Comitê de Riscos e os Conselhos de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, declaração de apetite por riscos (RAS) e programa de testes de estresse (PTE); e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2020

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

1. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
2. No exercício de 2020 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários. Destaque, neste período, para o monitoramento das providências adotadas pela administração e verificação das simulações de impactos em cenário de estresse da crise da Covid-19 nos riscos de crédito, liquidez e capital das instituições do Sicoob.
3. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

4. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
5. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2020.

Auditoria Interna

6. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
7. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

8. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e da demonstração da posição financeira consolidada, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
9. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2020 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 4 de março de 2021.

Rubens Rodrigues Filho
Coordenador

Marcos Vinicius Viana
Borges

Rafael Alves Horta

Parecer do conselho fiscal

31 de dezembro de 2020

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), referentes ao exercício findo em 31/12/2020, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers - , declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) examinadas.

Brasília - DF, 04 de março de 2021.

Ronaldo Siqueira Santos

Conselheiro Presidente

Marcelo Martins

Conselheiro Secretário

Carlos Augusto de M. Chiaraba

Conselheiro efetivo

Gentil Luiz Marció

Conselheiro efetivo

Vanderval José Ribeiro

Conselheiro efetivo

Composição dos órgãos de administração do Bancoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Geraldo Souza Ribeiro Filho
Hudson Tabajara Camilli
Ivan Capra
Ivo Azevedo de Brito
José Evaldo Campos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Martins
Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2